

O óbvio, nem sempre óbvio, da agenda do saneamento básico



» LUANA PRETTO
Presidente-executiva do Instituto Trata Brasil, engenheira civil (UFSC), com mestrado na área de análise multicritério (UFSC)

À primeira vista, a relação entre o acesso à água limpa na torneira e o aumento da renda do trabalhador pode parecer distante, assim como pode não ser evidente que a expansão da rede de esgoto se traduz em maior escolaridade das crianças. Mas, na verdade, faz todo sentido conectar essas questões. O saneamento básico é uma infraestrutura com impacto significativo na redução de externalidades negativas, atuando como um motor do desenvolvimento econômico, social e ambiental de um país. Quando um domicílio ou uma comunidade tem acesso à água tratada e coleta e tratamento dos esgotos, uma cadeia de benefícios é ativada e se estende para toda a sociedade. Pense como uma série de efeitos colaterais positivos, que se manifestam no aumento da produtividade do trabalho, na redução da evasão escolar, na valorização de imóveis, no impulsionamento do turismo, na proteção do meio ambiente e na diminuição dos custos públicos com saúde.

Exemplificando em números, o custo-benefício da universalização do saneamento até 2040 resultaria em R\$ 816 bilhões de ganhos,

ou cerca de R\$ 40,8 bilhões por ano. Ao garantir o básico para mais pessoas, diminuem-se as barreiras da desigualdade social, permitindo que mais cidadãos, especialmente aqueles de regiões vulneráveis, tenham a chance de ter melhores condições de vida.

Se esmiuçarmos algumas das inúmeras externalidades do saneamento, um estudo do Trata Brasil aponta que, entre 2021 e 2040, a economia total com a melhoria das condições de saúde da população poderá alcançar R\$ 25,1 bilhões. No mesmo período, o aumento de renda do trabalho pode chegar a R\$ 438 bilhões, enquanto os ganhos em renda imobiliária totalizam R\$ 48 bilhões. Já o turismo deve registrar ganhos de aproximadamente R\$ 80 bilhões nesse período.

A verdade é que, por trás desses números, existem situações do dia a dia que podem parecer rotineiras, mas que não são realidade para milhões de brasileiros. É garantir que um trabalhador não precise se preocupar em sair de casa para o trabalho sem conseguir tomar banho porque falta água. Que uma criança possa ir à escola sem faltar porque ficou doente por não ter água limpa para beber. Que famílias tenham, no futuro, quem sabe, a chance de comprar uma casa própria.

É um avanço que impulsionaria diretamente a economia brasileira, com mais geração de empregos, seja por meio das novas construções para expansão do saneamento, seja pelo serviços necessários para a realização das obras. É uma dinâmica que influencia positivamente na geração de renda local e cria um ciclo virtuoso de crescimento econômico.

E, para um país, como o Brasil, que abriga tantas riquezas naturais, investir em saneamento significa também preservar a biodiversidade inigualável que temos em nossa casa. Quando o esgoto é despejado sem tratamento, ocorre uma contaminação severa nos corpos hídricos, além da deterioração da natureza, iniciando um processo de degradação ambiental que pode levar décadas para ser revertido. A conservação do meio ambiente é essencial para garantir o abastecimento de água, criar barreiras naturais contra eventos climáticos extremos e manter o equilíbrio da fauna e flora que sustentam setores desde a agricultura até o turismo.

Ignorar um potencial transformador dessa magnitude é comprometer o futuro das próximas gerações a uma realidade contínua de atraso, privação e subdesenvolvimento. Ainda cerca de 30 milhões de pessoas não têm acesso à água e mais de 90 milhões não têm coleta de esgoto. Todos os dias, o equivalente a 5,2 mil piscinas olímpicas de esgoto sem tratamento é despejado no meio ambiente, afetando fauna, solo e corpos hídricos. Nesse cenário, milhões de brasileiros não vivem dignamente, apenas sobrevivem.

Nessa altura, dizer que a agenda do saneamento básico deve estar entre as prioridades dos decisores públicos é mais do que óbvio. Ainda que seja evidente, precisamos bater nessa tecla quantas vezes forem necessárias. Caso contrário, estaremos apenas agravando a realidade já precária de milhões de brasileiros que permanecem excluídos da chance de mudar a própria história.

Ainda é cedo: envelhecendo com cidadania



» MÁRCIA ABRAHÃO
Ex-reitora da UnB (2016-2024) e presidente da Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Superior - Andifes (2023-2024)

No último domingo (8/6), a Universidade de Brasília (UnB) realizou a quarta edição do vestibular 60 mais, como parte da Política do Envelhecimento Saudável, Participativo e Cidadão, aprovada pelo seu Conselho de Direitos Humanos em 2023. A novidade, que logo fez sucesso no Distrito Federal e no Brasil, estabeleceu um marco na forma como a universidade reconhece o potencial das pessoas idosas e defende a sua inserção na sociedade. Eu mesma acabei de completar 60 anos e estou em plena capacidade física e intelectual.

Como expressei no prefácio de *Superando o idadismo: guia de boas práticas para convivência intergeracional*, elaborado por pesquisadoras extremamente qualificadas e publicado em outubro de 2024 (disponível em <https://bdce.unb.br/bibliodex/superando-o-idadismo-guia-de-boas-praticas-para-convivencia-intergeracional/>), envelhecer constitui sabedoria, saúde e sobriedade. O trabalho do grupo que produziu a publicação se soma a pesquisas, projetos de extensão e ações institucionais que se dedicam, de diversas formas, a proporcionar o envelhecimento saudável na UnB e na sociedade.

O primeiro vestibular 60 mais, realizado em 2024, quando filhos e netos acompanharam pais e avós ansiosos, foi um momento lindo de testemunhar. Pudemos perceber que a chave da cidadania é estar inserido na vida cotidiana sem barreiras de discriminação e preconceito.

Podem-se levar muito tempo para se tornar um bom cientista ou literato, por diversos motivos. Na maioria das vezes, não é porque as pessoas começaram tarde. Principalmente no caso de mulheres, sobretudo as mais pobres, que passaram a vida tendo que dividir o trabalho com as atividades de cuidados, foi a oportunidade que chegou mais tarde.

Algumas expoentes da ciência brasileira tiveram o auge de sua produção na fase de maturidade de seus estudos. A lendária médica psiquiatra e psicóloga Nise da Silveira, por exemplo, foi estudar na Europa com Carl Jung, com uma bolsa de estudos do Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), quando tinha 51 anos. Escreveu o seu primeiro livro com mais de 60.

Nossa engenheira agrônoma Johanna Döbereiner, que é figura-chave da transformação do Brasil em uma potência mundial na produção de alimentos, fez seu estudo revolucionário sobre bactérias fixadoras de nitrogênio quando tinha 64 anos. A poetisa goiana Cora Coralina publicou seu primeiro livro quando tinha quase 76 anos de idade.

Os dados do Censo Demográfico mais recente mostram que o número de pessoas com 60 anos ou mais no Brasil passou de 21 milhões em 2010 para mais de 32 milhões em 2022, um aumento de 56%. Esse expressivo avanço provavelmente antecipará o fim de nosso bônus demográfico; ou seja, em breve, a proporção de pessoas em idade ativa será menor que a de crianças e, sobretudo, de idosas. Estaremos na condição de países como Japão, Coreia e de boa parte dos países europeus.

Essa tendência é um desafio e, ao mesmo tempo, uma oportunidade. Se prepararmos nossa população idosa para atividades criativas e intensivas em conhecimento, elas não só podem exercer atividades produtivas de elevado valor, como podem fazer isso como uma opção de vida ativa e saudável.

No Distrito Federal, houve expressivo aumento do número de idosos de 2010 a 2022, que passou de 7,7% da população para 13%, com predomínio de mulheres (58%), o que resulta em 76 homens idosos para cada 100 mulheres. Já no mercado de trabalho, os homens idosos predominam (58%).

Todos esses dados nos levam a refletir sobre os desafios postos e a importância de aprimorarmos as políticas públicas voltadas para essa faixa da população brasileira e do Distrito Federal, nas mais diversas áreas, como saúde, educação, mercado de trabalho, integração com as cidades e bem-estar social.

Um ponto de partida é o combate ao idadismo (o preconceito aos idosos) nas mais diversas formas em que se apresenta. Entre as ações fundamentais, estão o acolhimento da pessoa idosa como parte da sociedade e a oferta adequada de serviços públicos para os diferentes perfis de idosos, de modo a garantir os direitos fundamentais dessa população que ainda tem muito a contribuir para a vida das pessoas, para o Distrito Federal e para o país.

Vamos envelhecer juntos, com amorosidade, dignidade e qualidade de vida.



Comemoração do 80º aniversário da Liga dos Estados Árabes



» QAIS SHQAIR
Embaixador da Missão da Liga dos Estados Árabes no Brasil

Em uma recepção pelo 80º aniversário da Liga, realizada na Missão da Liga Árabe na última terça-feira, 3 de junho, representantes do gabinete presidencial, do Ministério das Relações Exteriores, do corpo diplomático, da comunidade árabe e da mídia se reuniram para celebrar a fundação da mais antiga organização regional/internacional dedicada a promover a paz para o bem da humanidade.

Fundada oito meses antes da criação das Nações Unidas, em novembro de 1945, ela busca combinar os esforços conjuntos dos países árabes após o fim da Segunda Guerra Mundial, quando os líderes árabes da época criaram um fórum para se aproximar do mundo, no momento exato em que a humanidade como um todo tomou a iniciativa de abandonar as guerras e recorrer ao diálogo para cooperar para o bem de todos, em todos os campos de cooperação, preservando os valores humanos comuns, destacando o que compartilhamos como seres humanos.

Desde então, a missão da Liga tem sido assumida com a convicção comum de seus Estados-membros de defender a justiça na região e além,

conforme articulado na luta fraterna do povo palestino para preservar, libertar e estabelecer seu Estado independente.

Já em julho de 1947, 10 meses antes da Nakba — a catástrofe dos palestinos que ainda continua dia e noite na Faixa de Gaza e no resto dos territórios palestinos ocupados —, a Liga Árabe enviou sua primeira delegação à América Latina, com o Rio de Janeiro, então capital do Brasil, e São Paulo, visitando um total de 13 países do continente para obter seu apoio à causa palestina, reunindo-se com os representantes das comunidades árabes locais, instando-os a unirem esforços para trabalhar pela justiça e pela implementação do direito internacional.

No Brasil, a principal preocupação da missão da delegação era abordar tanto o nível oficial quanto a comunidade árabe, com cobertura total da mídia. Os principais jornais, revistas e rádios estavam todos presentes cobrindo as reuniões da delegação com autoridades e as atividades diárias durante quase dois meses, que incluíram, entre outras coisas, a inauguração da primeira Igreja Católica árabe no Rio de Janeiro e a participação em grandes festivais em apoio à causa palestina.

Enquanto isso, a delegação visitou alguns dos principais projetos industriais lançados por vários pioneiros árabes brasileiros que estabeleceram as bases dos principais negócios da atualidade. O trabalho de caridade tem estado no topo da agenda da comunidade árabe no Rio de Janeiro e em São Paulo para servir sua comunidade

e a sociedade em geral. Essa foi a primeira missão da Liga Árabe, seguida por uma série de outras iniciativas nas frentes bilateral e multilateral.

A simplificação do trabalho conjunto dos 22 Estados-membros árabes em todas as áreas de cooperação por meio de conselhos ministeriais especializados serviu como porta de entrada para a Liga difundir sua missão em fóruns regionais e internacionais. O pleno envolvimento em plataformas internacionais, a Cúpula do G20 no Rio de Janeiro, de 17 a 19 de novembro, está no topo da agenda multilateral da Liga.

No que diz respeito às relações amigáveis com a República Federativa do Brasil, o Secretariado-Geral da Liga Árabe tem se empenhado em realizar consultas políticas com o Ministério das Relações Exteriores, buscando o caminho certo para fortalecer a cooperação em todos os campos.

Atuando como coordenadores da parte árabe e dos países latino-americanos para o Grupo ASPA (América do Sul-Países Árabes), tanto o Secretariado-Geral da Liga quanto o Itamaraty, o grupo ASPA compartilha a vontade de promover as relações entre o mundo árabe e os países latino-americanos nos campos político, econômico e cultural.

O trabalho pela paz tem sido uma das principais prioridades da agenda da Liga dos Estados Árabes. Ao comemorarmos o 80º aniversário da Liga, estamos, de fato, enviando uma mensagem de paz, de uma vontade sincera de cooperar para o bem de todos nós.